



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

DO TRABALHO CONCRETO AO ABSTRATO: IMPLICAÇÕES AO SERVIÇO SOCIAL

Milena Alves Rodrigues¹
Katarine Campêlo Bento de Sousa²

Resumo: O artigo tem o objetivo de analisar o trabalho na sua perspectiva ontológica incorporada ao homem na qual permite a evolução constante da humanidade, absorvendo particularidades de cada momento histórico; seu comportamento frente as transformações na sociedade capitalista, e como estas modificações afetam o Serviço Social, tendo em vista o contexto social e político que este emerge.

Palavras chaves: Trabalho, Sociedade Capitalista E Serviço Social.

Abstrac: The article aims to analyze the work in its ontological perspective embodied in man in which it allows the constant evolution of humanity, absorbing particularities of each historical moment; their behavior in the face of transformations in capitalist society, and how these changes affect Social Service, given the social and political context that emerges.

Keywords: work, capitalist society, social service.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca discorrer no seu desenvolver um debate em torno do trabalho em sua perspectiva ontológica e de que forma este se relaciona com o Serviço Social, tendo em vista que este emerge já no período monopolista do capitalismo, o que ocasiona modificações no sentido do trabalho enquanto fundante do ser social, já que esse ultrapassa a mediação na relação entre homem e natureza, recebendo ao decorrer das transformações sociais peculiaridades e condições que intervêm na profissão do Assistente Social.

O trabalho, diferentemente de outras categorias sociais não surgiu séculos depois da existência e desenvolvimento da vida humana, mas simultaneamente, isso é, os seres humanos conduzem em si a atividade de trabalho desde os seus primórdios, a partir de um salto ontológico que se deu a criação de uma nova esfera, à social, dessa maneira se constitui uma relação intrínseca entre o homem e a natureza por meio do trabalho. Foi através desse que, o animal biológico *homo sapiens* construiu e transformou as relações sociais, promovendo a sua evolução. Dessa forma, as suas necessidades básicas de existência foram supridas pelo trabalho de tal forma que, surgiram várias e cada vez mais inovadoras necessidades e possibilidades para supri-las (Lessa, 1999).

¹ Estudante de Graduação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará-Campus Iguatu. E-mail: <sousadkaty@gmail.com>.

² Estudante de Graduação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará-Campus Iguatu. E-mail: <sousadkaty@gmail.com>.

Destaca-se, dessa forma, a esfera social e o ser social fundado pelo trabalho, ao passo que o homem transforma a natureza para a materialização dos seus objetivos, desde os mais simples até os mais diversificados e complexos, isso porque, essa categoria é acima de qualquer outra característica, ontológica e histórica. A humanidade está em constante movimentação e em nenhum momento a história dos homens se encontrará estagnada ou repetida, porque o trabalho é transformador da natureza. Do mesmo modo que a matéria natural não se configura mais como a mesma sob a ação humana, o homem também não é mais o mesmo quando realiza o trabalho, já que incorpora conhecimentos e experiências que antes não possuía, dominando, assim, a natureza em seu favor e possibilitando habilidades que lhes são úteis para posteriores objetivações e exteriorizações, o trabalho, portanto, é o fundador da história e evolução da humanidade.

Portanto, o homem ao realizar a atividade ontológica do trabalho se torna um ser munido de novas aptidões e potencialidades, resultando em uma sociedade cada vez mais complexa e dotada de particularidades. Suas descobertas promoveram ao longo dos milhões de anos, formas de organizações sociais que passaram a envolver e provocar determinações na totalidade social. As atividades coletivas realizadas pelos homens possibilitaram o desenvolvimento da agricultura e conseqüentemente da produção de excedentes o que despertou a ideia de lucros, os capturando de uma forma incontestável. Dessa forma, as relações sociais vão se complexificando, tornando-se relações de poder, na qual alguns homens não possuidores de excedentes, passaram a trabalhar para outros que por sua vez eram os possuidores, fundamentando uma sociedade dividida e caracterizada pela exploração, fazendo com isso que o caráter ontológico do trabalho seja deixado de lado transformando um trabalho concreto em abstrato.

Desenvolveu-se uma sociedade sob o modo de produção capitalista formada por dominadores donos dos meios de produção e de dominados, isso é, aqueles que dispõe apenas de sua força de trabalho. Diante desse processo histórico, é acarretado mudanças e contradições que provocam inúmeros acontecimentos, entre eles a emergência do Serviço Social, como profissão destinada a atender demandas dos trabalhadores, mas ao mesmo tempo contribuir com a lógica do regime vigente, e, portanto, do seu principal empregador, o Estado.

O trabalho e conseqüentemente o Serviço Social, sofrem um processo de precarização que afeta diretamente o projeto teórico-metodológico da profissão em seus diferentes espaços de atuação. Como trabalho assalariado, o Assistente Social assume na contemporaneidade redefinições que condicionam a retirada de direitos, e dispêndio de sua autonomia. As condições objetivas e suas transformações que influenciam desde o processo

do homem como ser social até a sua precarização são os objetivos a serem discutidos neste texto.

O TRABALHO NA SUA PERSPECTIVA ONTOLOGICA E SUAS TRANSFORMAÇÕES.

A natureza carrega em si uma fonte grandiosa de riquezas, matérias naturais que não dependem do homem, tão pouco de sua ação, que se compõe da esfera inorgânica, isso é, seres inanimados já existentes antes de qualquer espécie humana, e da esfera orgânica, compreendida pelas plantas e animais. A vida natural é pautada em leis biológicas, químicas e físicas próprias que jamais poderão ser erradicadas, e por isso possibilitarão um grande campo para que o homem ao se originar neste espaço desenvolvesse a sua atividade racional, o trabalho. A capacidade de reprodução da espécie *homo sapiens*, diferenciou fundamentalmente essa nova esfera denominada de social. Mas, o ponto primordial para essa diferenciação consiste, segundo Lukács (1979), em um grande avanço ontológico, em que o homem transforma a natureza de forma pré-idealizada e consciente, ou seja, realizando trabalho, fundando assim um novo ser, o social.

A espécie *homo sapiens*, viveu evoluções que resultaram no homem desenvolvido que temos na atualidade, para atender as suas necessidades essa espécie passou por processos variados, criando ao mesmo tempo as relações sociais, desde a adaptação ao clima, a alimentação carnívora que promoveu maior desenvolvimento do cérebro, bem como a descoberta do fogo, tornando o convívio mais complexo, tendo em vista que novas possibilidades e exigências foram sendo incorporadas, o modo de andar e manter-se de pé converteu-se aos poucos em forma ereta, assim como a própria linguagem passou a necessitar de uma maior e melhor articulação.

O homem social que se desenvolveu, possui incorporado em si o trabalho e assim utiliza a matéria natural como objeto em seu favor. Para suprir seus anseios básicos e imediatos, o homem ordena suas ideias em um processo de objetivação e prepara racionalmente em sua mente um fim ao qual deseja alcançar, refletindo sobre as possibilidades e escolhas que deve seguir, isso é, ao analisar como o homem primitivo exerceu o trabalho para conseguir ter em mãos um fruto de uma árvore para se alimentar ou construir um local para se proteger. Entende-se que, em primeiro momento, após evidenciar a necessidade, subordinou a sua vontade ao objetivo idealizado antecipadamente, para assim transformar a natureza, a partir das alternativas escolhidas através da sua consciência para a concretização do seu objetivo.

É justamente essa capacidade de idealização prévia da categoria do trabalho, que Marx (1985) apontou como sendo responsável pela origem de outras objetividades que se inserem na realidade social. Mas o trabalho ultrapassa a dimensão de ser apenas o mediador entre o

homem e a natureza e vai além da produção das necessidades básicas da humanidade, a categoria do trabalho por meio da linguagem articulada e da sociabilidade construídas entre os homens, permitiu que o ser social dotado de liberdade, destaca-se, fazendo com que o homem transformador da natureza e também de si mesmo, se tornasse cada vez mais complexo. Ao passo que o homem realiza modificações estruturais na natureza, realiza simultaneamente modificações próprias, ao finalizar um dado processo de objetivação e exteriorização, o homem se configura como um ser diferente daquele que iniciou o processo, porque adquiriu no decorrer novos conhecimentos e aprimorações, que serviram de experiências para atividades futuras, facilitando a sua execução. Lukács afirma que:

Enquanto ser biológico, o ser humano é um produto da evolução natural. Com a sua autorrealização que, naturalmente, também nele mesmo pode significar um retrocesso dos limites naturais, mas nunca o desaparecimento, a plena superação desses limites, o ser humano ingressa num novo ser e por ele mesmo fundado: o ser social. (LUKÁCS, 2004, P.102)

Certo de que as leis naturais não poderão ser abolidas, há na sociabilidade dos homens limites que não podem ser ultrapassados, pois a natureza não é uma criação humana que pode ser suprimida, diferentemente das leis sociais, que são criadas e mutáveis conforme a vontade dos homens, podendo ou não deixar de existir. Essas limitações naturais podem condicionar as realizações do trabalho e vivência em sociedade, podendo inclusive, ser favoráveis ou não, e provocar alterações nas objetivações humanas. É nesse sentido que quando se atesta a complexidade do homem social e sua autotransformação, esse tende a se afastar dos limites naturais, buscando em seus conhecimentos formas de superar os condicionamentos da natureza por meio da sua dominação e aprimoramento, “desenvolve potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio”. (MARX, 1983)

Embora a base da vida humana seja a natureza, são dois mundos ontologicamente distintos. E assim todo objeto realizado por meio da atividade do trabalho contém em sua essência um pôr teleológico, mais que também podem sofrer eventualidades. Lukács apontou esses acontecimentos como causalidades, que podem ser dadas pela natureza ou postas pelos próprios humanos, sendo assim, as ações humanas, não estão livres dos nexos causais. Por isso, cada produto que se insere no âmbito social recebe influências em seu processo que o tornam diferente daquilo que foi objetivado, ou seja, por mais refletido e planejado que um produto venha ser, esse não aparece na realidade da maneira que foi pensado, pois as causalidades dadas e postas interferem e contrapõem a subjetividade do produtor.

Há, diante de todo esse contexto, frente ao trabalho ontológico e histórico, um processo que envolve toda a totalidade social, isso se dá ao ocorrer um processo necessário de generalização dos resultados do trabalho. Quando um novo produto é inserido na sociedade

ele incorpora determinações da malha social, influxos já existentes irão atuar sobre ele, assim como o mesmo atuará sobre outros sujeitos, dessa forma, o objeto não se isola, e sim sofre um processo de generalização para dimensões exteriores amplas, transformando a totalidade. No entanto, esse processo não se restringe ao produto criado, envolve o seu produtor e os indivíduos que se situam no ambiente em sua volta, isto porque, o conhecimento adquirido daquela produção se torna para além daquele que produziu, se universaliza, a subjetividade do ser é compartilhada. Remete-se então que o resultado do trabalho, permite um novo contexto histórico.

No entanto, o trabalho como fundador do mundo dos homens, incorpora particularidades e características próprias de cada sociedade. O desenvolvimento do homem e por melhor dizer, o desenvolvimento das forças produtivas³, resultaram em transformações da realidade material, que tiveram como efeito uma sociedade cuja as formas de organização do trabalho se fizeram distintas das primeiras organizações coletivas nos primórdios. As relações sociais atingem um avanço intenso e passam a serem marcadas por contradições e antagonismos, dando a sociedade novas roupagens. As potencialidades e experiências dos homens, foram usadas para capturar e aprisionar outros que não eram possuidores de excedentes possibilitados pela agricultura, transformando estes em escravos. É assim, que se caracteriza a divisão de classes e o surgimento do trabalho alienado. Origina-se, nesse contexto também, os complexos sociais⁴ que configuram o funcionamento da sociedade, e, portanto, a existência de outras categorias sociais que assim como o trabalho participam do ordenamento da complexidade humana.

Os homens, passam a expropriar e destruir a sua própria espécie, tendo em vista o triunfo da riqueza, de modo que a classe formada por uma maioria trabalhadora, que apenas possui força de trabalho, situa-se em condições de exploração e pauperização em função da dominação de outra classe. Esse trabalho torna-se a própria desumanização do homem, trabalho alienado e submisso, na qual não há o reconhecimento daquilo que se produz, provocando o dispêndio e desvalorização humana, longe da realização pessoal e liberdade humana, como ocorria em sua perspectiva ontológica.

No modo de produção capitalista, a apropriação da mais-valia do trabalhador é o objetivo primordial para a produção do valor e obtenção do lucro do capitalista, é aqui onde o capital necessita de certas relações sociais, marcadas pela necessidade do capitalista em comprar

³ Combinação entre a energia de trabalho humana e os meios de produção, esses consistem em instrumentos e objetos, que vão desde a material natural, como a terra, até as tecnologias, como as máquinas e infraestrutura.

⁴ A medida em que as relações sociais se tornaram relações de poder, na qual uma classe domina a outra, surgem complexos sociais que se configuram como os portadores desse poder, para assim, ordenar o funcionamento da sociedade e reproduzir as formas de exploração de indivíduos sobre outros. São exemplos complexos sociais, a política e o Estado, etc.

força de trabalho para compor o seu processo de acumulação e assim extrair do trabalhador o trabalho excedente, e pela necessidade desse em vender a sua força de trabalho para sobreviver, isso é, uma relação de exploração, que viabiliza o trabalho assalariado, intrínseco a sociedade de classes.

Esse modo de produção se perpetuou pelo mundo, conduzindo consigo e intensificando a ideologia dominante da classe capitalista burguesa, fazendo com que os homens não percebam as situações deploráveis ao qual são postos, pois as suas necessidades de subsistência não são mais supridas pela transformação direta da natureza, e sim pela venda da sua força de trabalho, tornando-se uma mercadoria humana. A sua objetivação, passa a ser trabalhar para capitalistas que lhe retribui por meio de salário que não corresponde ao que foi trabalhado, e ainda sobre pressões mediante a existência de uma forte e crescente superpopulação relativa⁵.

Foi com a separação dos meios de produção do trabalhador que o trabalho se tornou um instrumento do capital, na qual os proprietários destes meios sem esforços maiores obtêm grandes lucros, enquanto a classe trabalhadora se submete a cruéis jornadas e exploração da sua mão-de-obra. O ser social fundado pelo trabalho e possuidor de liberdade, assume diante da sociedade capitalista, outras particularidades, deixando de ser fruto do trabalho na medida em que o homem deixa de realizar suas necessidades para realizar as necessidades da reprodução e expansão do capital.

A postura alienada e abstrata que o trabalho assume, perpassa não só pelo trabalho produtivo, mas também pelas diferenciadas profissões que compõe a sociedade contemporânea e todas essas transformações no mudo do trabalho, acaba por esvaziar o seu caráter ontológico atingindo dessa forma diversa profissões. Um exemplo é o caso do Serviço Social, profissão que emerge no âmbito social pela necessidade capitalista, e se insere no espaço socio-ocupacional como profissão assalariada sendo inscrita na divisão social e técnica do trabalho, atuando na realidade social via políticas públicas, com o objetivo de intervir sobre as expressões da questão social fruto da superexploração do capital, essa por sua vez, sofre consequências cruciais em seu interior, na medida em que ocorre a precarização do trabalho como consequência desse esvaziamento que se desenvolve por meio ordem do capital.

⁵ Superpopulação relativa ou Exército Industrial de Reserva consiste na população desempregada e posta a situações de extrema precariedade ou trabalhadores informais. Essa massa é necessária para a valorização capitalista, pois exerce pressão nos trabalhadores empregados, os condicionando a submeter-se as situações de exploração.

RELAÇÃO ENTRE AS ALTERAÇÕES SOFRIDAS NO MUNDO DO TRABALHO E O SERVIÇO SOCIAL.

O mercado de trabalho ao incorporar modificações cada vez mais recentes e decisivas, esvaziam o conteúdo ontológico e transformador do trabalho, impactando, dessa forma o Serviço Social, profissão que atua diretamente sobre a classe trabalhadora, sendo inclusive, pertencente a esta. A partir da Revolução Industrial, diversas expressões de desigualdades e extremas condições de pauperismo passaram a evidenciar a vida da classe trabalhadora, no entanto, é quando o capitalismo concorrencial é sucedido pelo capitalismo dos monopólios que as situações deplorantes dessa classe se agravam, expressando a chamada questão social.

A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1998, p. 27)

Há no capital dos monopólios uma intensificação da exploração, o que despertou a inquietação e anseio de organização do operariado, foi diante disso que para atender os seus objetivos e conter as reivindicações trabalhistas, a burguesia passou a desenvolver um consenso com a massa popular, através do que Netto (2005) apontou ser um instrumento extra econômico que assume para si as funções da burguesia, em outras palavras, o Estado. Necessitou, desse modo, de um corpo de profissionais dotados de técnicas que atuasse diante da questão social por meio de políticas sociais paliativas e seletas, emergindo assim o Serviço Social, controlando a classe trabalhadora e obscurecendo as condições de exploração.

A institucionalização do Serviço Social, se deu, portanto, ao lado do Estado, a partir da intenção deste de regular a sociedade e promover a concentração e centralização de riquezas capitalista. O Assistente Social assumiu em seu âmbito de trabalho, seja público ou privado, o papel de viabilizar direitos e melhores condições de vida a classe trabalhadora, atendendo as suas demandas e necessidades individuais e coletivas, e de forma contraditória possuiu simultaneamente o papel de assegurar ao modo de produção capitalista, a sua reprodução e desenvolvimento de acumulações, prevendo as ações da classe oprimida e as contendo à medida em que ameassem a estrutura social de classes. Assim, é certo de que esta profissão emergente no cerne do capitalismo está sujeita a suas atribuições, ou seja, o Serviço Social ingressa assim como toda a atividade de trabalho, no processo de valorização do capital e conseqüentemente em uma condição de mercantilização, na qual a sua prática profissional se torna mediada pelas relações de mercado, isto é, de compra e venda da força de trabalho em troca de um salário.

Quando nos detemos ao trabalho enquanto categoria social, esse assume, ao desenvolver do modo de produção da sociedade, particularidades historicamente determinadas, na qual “Essa determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples do trabalho, não basta de modo algum, para o processo de produção capitalista” (MARX, 1985, p.151). Isso implica dizer que, ao analisar o trabalho em sua dimensão concreta social e em sua dimensão técnica, esse deixa de ser uma atividade de mediação individual entre homem e a natureza, e passa a apresentar relações sociais complexas, que o caracteriza agora como assalariado, e portanto, trabalho abstrato sucumbido aos interesses do capital.

A sociedade capitalista atual, manifesta desde o período de acumulação primitiva, o anseio em controlar todo processo de trabalho, visando o aumento da sua capacidade produtiva e expansão da produção industrial. Com a Revolução Industrial, ocorrida entre os séculos XVIII e XIX, se desenvolveu possibilidades para que o capitalismo concretizasse seus objetivos e se alastrasse por todo o mundo, mas, conseqüentemente, provocou afloradas contradições na sociedade como o surgimento do proletariado enquanto classe precarizada e submissa aos comandos da burguesia capitalista, o que desenvolve o processo de desigualdades sociais e econômicas.

O trabalho sofre ao transcorrer dos anos, inúmeros processos de regulamentação e aprimoramento, na qual as forças produtivas se desenvolvem constantemente para atender as demandas do modo de produção. É assim que várias técnicas são elaboradas para articular o funcionamento da produtividade, no século XX, foi desenvolvido um modelo político-econômico que passou a manobrar as relações produtivas, o pacto keynesiano fordista⁶, tendo como centro a produção em massa para consumo em massa. Esse pacto, promoveu a capacitação e diversificação produtiva, configurando a divisão social e técnica do trabalho, na qual cada trabalhador assume funções específicas com ações repetitivas, pois o objetivo dos proprietários dos meios fundamentais de produção é otimização do controle do tempo, ou melhor, através da inovadora linha de montagem e tecnologias no processo, as realizações de tarefas individualizadas e lado a lado possibilitaram a produção de produtos finalizados em larga escala, compreendendo um tempo mínimo necessário.

O trabalho passou a ser padronizado e uniformizado, de forma que as máquinas se encarregaram de executar grande parte da produção, através apenas do manuseio dos operários. Não há, portanto, a necessidade de trabalhadores dotados de conhecimento, competências ou qualidades educacionais e pessoais, o que realmente necessita é que esses estejam em condições de abstrair a sua subjetividade, submetendo-se a uma longa

⁶ O Keynesianismo formulado pelo economista britânico John Maynard Keynes e o Fordismo elaborado por Henry Ford, consistem em doutrinas que diante das transformações na organização do trabalho, se compactuaram, promovendo avanços na produção capitalista.

jornada de trabalho na qual ao mesmo tempo em que lhe concede um salário para a manutenção e reprodução, provoca dispêndio criativo e humano de todos eles não realizando dessa forma um trabalho criativo e inovador. Por meio da intensificação do trabalho e extração da mais-valia dos trabalhadores, o pacto keynesiano fordista possibilitou altas taxas de lucros e um ganho produtivo favorável a ordem capitalista, perpetuando-se por toda a economia mundial. A sua atuação propôs, através da articulação e intervenção do Estado nas relações de mercado, um regime de pleno emprego, desenvolvendo dessa forma um período que foi denominado como Estado de Bem-Estar Social⁷.

No entanto, é no início dos anos 1970 que ocorre no interior do trabalho uma grande transformação em sua forma organizacional. No final da década de 1960, o pacto keynesiano fordista sofre um declínio estrutural no sistema produtivo, certos de que o capitalismo sobrevive de estagnações e ascensões, este pacto é superado e substituído por um novo sistema, o Toyotismo, com suporte teórico de ideias neoliberais (Geraldo Augusto Pinto, 2010). O desequilíbrio e instabilidade econômica e política deste momento histórico, acarretaram em uma inversão dos investimentos, em que produções capitalistas voltaram-se para os capitais financeiros, visando a rentabilidade dos juros por meio do sistema de especulações (Elaine Rossetti Behring e Ivanete Boschetti). É nesse contexto em que o Toyotismo se destaca na sociedade burguesa, com uma metodologia de produção “enxuta”, não se produzia mais em larga escala, e sim a partir das demandas do mercado.

A acumulação, por sua vez, se materializa de forma flexível, transformando as relações de trabalho e remetendo-se a uma reestruturação produtiva (Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti, 2011 e Geraldo Augusto Pinto, 2010), na qual o Estado promove facilitações no que a tange iniciativa privada, rompendo barreiras comerciais e concedendo desregulamentações no mercado de consumo, interferindo assim nas condições dos trabalhadores. Esses tiveram drásticas percas no sistema de proteção social, violações das leis trabalhistas, desigualdades reforçadas e desemprego estrutural, bem como, muitos passaram a trabalhar de forma terceirizada⁸.

Dessa forma, as diversas alterações que incidiram sobre o mundo do trabalho, proporcionou para que o Serviço Social surgisse e fosse incorporado como trabalho abstrato e sem realizar propriamente dito uma atividade ontológica. Tal profissão enquanto trabalho coletivo, possui todo um suporte intelectual e material que o permite intervir na realidade e

⁷ O Estado de Bem-Estar Social foi desenvolvido após a segunda guerra mundial como experiência que buscava reestruturar os países centros do capital que estavam devastados pela guerra, desenvolvendo o pacto keynesiano fordista proporcionou um processo de ampliação das políticas sociais.

⁸ Consiste na transferência de responsabilidade e desenvolvimento de atividades de um primeiro setor para um terceiro. É um dos principais mecanismos da reestruturação do capital, e afeta as relações de trabalho, aumentando a exploração e distanciando o trabalhador de seu trabalho direto, desconfigurando e subordinando as condições contratuais e salariais.

atender as demandas sociais, no entanto, a ordem vigente desmonta o seu caráter particular, convertendo-se em um trabalho igualado a outros e puramente abstrato. Marx (1968) em seus termos, atesta que as qualidades do trabalho singular e diferenciado acabam por desaparecer, assim, desaparece o trabalho concreto, reduzindo-se a abstração do trabalho humano.

É o capital que se responsabiliza por tomar e controlar as decisões da profissão, definindo seu objeto frente as manifestações das refrações da questão social e ordenando os seus meios de atuação, portanto, assim como a classe trabalhadora produtora de valor, essa também sofre os constrangimentos e regulações que a ordem estrutural promove, submetido a exploração e violações de direitos, o corpo profissional do Serviço Social recebe implicações diretas em sua autonomia, pois é impossibilitado de estabelecer relativamente suas prioridades.

A precarização do trabalho, decorrente da reestruturação do capital, atinge a profissão do Serviço Social, devido principalmente da sua atuação frente ao mercado de trabalho, por conta das reduções no campo de atuação e conseqüentemente a ausência de contratos empregatícios. Aqui destaca-se também a responsabilização para o terceiro setor em realizar as atividades a que eram destinadas a intervenção profissional junto ao Estado, a partir disso, há uma divisão mais ampliada no seguimento profissional, fragmentando as suas relações sociais e escondendo a responsabilização do Estado enquanto provedor de políticas sociais.

O Serviço Social não está, imune a alienação pois é um trabalho abstrato sucumbido pelo capital. A ideologia dominante está atrelada tanto a sua prática profissional, como também, a forma de agir. Assim, seus projetos também podem se configurar independentes de sua subjetividade profissional, sendo submetido a normatização que lhe é exterior. Ao passo que o Serviço Social analisa e denuncia as condições desiguais da classe trabalhadora e enquanto constituinte da mesma, o profissional se reconhece e constrói sua consciência diante do modo de produção capitalista, o que permite a sua organização política e fortalecimento de suas lutas de classe, enfrentando as mazelas e violações deste regime, que provoca o seu desgaste humano e profissional. Entende-se, desse modo, que as transformações contemporâneas na dimensão do trabalho, possibilitam que o capitalismo ao promover o avanço das forças produtivas, o torne favorável à sua dominação, modificando, de forma dinâmica a natureza do Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, pode-se perceber que o trabalho sofreu uma série de alterações no decorrer do desenvolvimento da sociedade, o que acabou por implicar na perda da sua perspectiva ontológica tida como fundante do ser social, passando de uma

atividade que promovia um trabalho concreto, criativo e inovador para algo que, sob a ótica do capital se transforma em um atividade alienada na qual o homem passa a não se reconhecer naquilo que produz, tornando-se agora realizador de um trabalho abstrato, ou seja, que recebe um salário em troca do uso da sua força de trabalho.

Portanto, como a profissão do Serviço Social não se encontra isolada dentro da realidade social, essa, por sua vez, recebe todos os impactos que as modificações no campo do trabalho acarretam dentro da sociedade, especialmente na capitalista. Com isso, todo o processo de desenvolvimento e complexificação social esvaziam o caráter ontológico do trabalho, e conseqüentemente interferem nas relações sociais que são determinadas pelo modo de produção de cada período histórico.

Desse modo, o Serviço Social por se caracterizar como uma profissão que lida diretamente com as relações sociais, incorpora e reflete todas as alterações que se desenvolvem dentro da sociedade capitalista na qual ele emerge, sendo dessa forma, afetado pelo esvaziamento do sentido originário do trabalho, não possuindo dessa forma uma total autonomia sobre a sua subjetividade, havendo uma tensão entre o projeto ético político da profissão e o que lhe é demandado pelo capital. Assim, pode-se perceber uma relação intrínseca do Serviço Social com o mundo do trabalho e as suas alterações.

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. Revista *Temporalis* – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de Capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985c. Livro 1, v. 1, t. 2 (Os economistas).

LESSA, Sérgio. **O processo de produção/reprodução social; trabalho e sociabilidade**. Publicado em *Capacitação em Serviço Social e Política Social*, Módulo 2, CEAD-UNB, 1999.

MONTAÑO, Carlos e DURINGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classes e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011. 3º ed. – Biblioteca Básica do Serviço Social.

PINTO, Geraldo Augusto, **A Organização do Trabalho no Século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo, Expressão Popular**, 2010. 2º ed.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 2. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

RAQUEL, Raichelis, **O Assistente Social como Trabalhador Assalariado: Desafios frente às violações de seus direitos**.

LESSA, Sérgio, **A Centralidade Ontológica do Trabalho em Lukács**, Serviço Social e Sociedade, ed Cortez.